

DE RE PUBLICA, II, DE MARCO TÚLIO CÍCERO: A REPÚBLICA NÃO SERPENTEIA, MAS VOA PARA UM ÓTIMO ESTADO

Isadora Prévide Bernardo¹

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar o livro II da obra *De Re Publica*, de Marco Túlio Cícero, e observar a concepção de história do autor. Essa não se trata de uma fábula, tem como principal matéria a política e não está identificada nem com o curso de acontecimentos cíclicos, nem com a linearidade. Mas, nessa narrativa histórica coloca-se na capacidade de deliberação do homem a capacidade de gerir o curso dos acontecimentos em Roma.

Palavras-chave: Cícero. história. política. república.

ABSTRACT

The article aims to analyze the second book of the *De Re Publica*, written by Marco Túlio Cícero, and to observe the conception of history of the author. This is not a fable, its main subject is politics, and it is not identified either with the course of cyclical events or with linearity. But in this historical narrative lies the capacity for man's deliberation to manage the course of events in Rome.

Key-words: Cícero. history. politics. republic.

¹ Doutora em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: isaprevide@gmail.com - Docente convidada externa do Curso de Pós Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas – Campus Poços de Caldas.

INTRODUÇÃO

Muitos comentadores consideram que Cícero jamais escreveu narrativas históricas; outros consideram que a obra *De Re Publica*, que interpretamos aqui como filosófica e histórica, não é uma coisa nem outra. Schofield aponta que Moses Finley diz o seguinte em *Politics in the Ancient World* sobre *De Re Publica*: “Como Mommsen, considero a ideia central da República tanto não filosófica quanto não histórica (...)” (SCHOFIELD, 2000). Por outro lado, Rambaud (RAMBAUD, 1953) e Fox (FOX, 2007) consideram que *De Re Publica* é uma obra filosófica e histórica.

Trata-se de uma obra dialógica em que predominam as narrativas históricas, a matéria narrada é política e moral e, a partir da análise dos fatos, o autor depreende argumentos filosóficos. Por ser um diálogo filosófico, teríamos um impedimento para interpretá-la como narrativa histórica, mas do ponto de vista do que é narrado, da temporalidade e da matéria, é indubitável que se trata de uma narrativa histórica. Analisaremos os conceitos de fábula e história, de história cíclica e de progresso – mas não como entendido na modernidade; observaremos a construção de uma narrativa de um grande período histórico em que não há uma concepção nem circular nem linear do tempo.

A narrativa histórica tem duas marcas principais: a temporalidade² e a matéria; trata da ação de homens, ações políticas feitas tanto na cidade quanto na guerra (raramente retratada na obra ciceroniana) e dos feitos

² “A matéria fundamental da história é o tempo; portanto, não é de hoje que a cronologia desempenha um papel essencial como fio condutor e ciência auxiliar da história. O instrumento principal da cronologia é o calendário, que vai muito além do âmbito do histórico, sendo antes de mais nada o quadro temporal do funcionamento da sociedade. O calendário revela o esforço realizado pelas sociedades humanas para domesticar o tempo natural (...). Ele manifesta o esforço das sociedades humanas para transformar o tempo cíclico da natureza e dos mitos, do eterno retorno, num tempo linear escandido por grupos de anos: lustro, olimpíadas, séculos, eras etc.” LE GOFF. *História e Memória*. p. 14.

morais realizados em prol da pátria. O que está em questão é o espaço público, sua manutenção, o diálogo inerente à vida republicana, as ações de muitos homens de muitas gerações, a formação de homens educados nos costumes e nas artes e a realização da natureza humana na vida política.

Segundo os antigos, a filosofia teria a sua origem na admiração (*thaumazein*) dos homens perante os mistérios do mundo. Considerada sob este ângulo, a história, não no sentido de *res gestae*, mas de história *rerum gestarum* constitui certamente uma fonte fecunda do pensamento filosófico e – apesar do que pretendem os historiadores de orientação positivista – associa-se estreitamente com a filosofia. (SCHAFF, 1987, p.65)

Ainda segundo Schaff: “É admissível distinguir dois significados para a palavra história: como processo histórico objetivo (*res gestae*) e como descrição desse processo, ou seja, a historiografia (*historia rerum gestarum*). (SCHAFF, 1987, pp.133-134).

A história, como descrição de um processo, como narrativa, ensina o que os homens têm feito, o que um povo tem feito e, conseqüentemente, o que os homens são e o que o povo é. As narrativas históricas enaltecem e valorizam a ação humana, as atividades humanas, como a política. E ainda há uma necessidade de ordenar o fluxo dos acontecimentos, por isso, a narrativa histórica analisada aqui desperta nosso interesse, pois, por meio dela, conseguimos perceber como Cícero entendia o curso dos acontecimentos em Roma. Observamos que, ao contrário do que pensa a tradição, não nos parece que Cícero entenda que o percurso dos acontecimentos seja circular. Perceberemos ideias de avanço e decadência, e a segunda está ligada ao declínio da República, ao fim do espaço público e ao momento presente do autor.

O tempo tem seu ponto no presente da palavra do historiador. Ou seja, o discurso histórico está sempre no tempo presente. E o tempo mais almejado é o presente de homens bem formados que agem retamente, pautados pelas ações dos homens do passado. Importa-nos a utilidade do argumento do passado, sua capacidade de instruir e, se necessário, comover. O avanço político ocorreu no tempo passado. Ele está posto em uma época áurea da República, e que Cícero tenta resgatar.

Dizer que a concepção do tempo na obra ciceroniana oscila entre uma visão circular e uma linear, ou que não é apenas uma ou outra, nos conduz a um problema aparentemente maior, pois não podemos afirmar que a tradição grega, indo-europeia, percebe o tempo como um círculo, e a tradição judaica como linear. Momigliano afirma que se alguém quiser entender algo sobre a real diferença entre historiadores gregos e bíblicos, a primeira precaução é tomar cuidado com a concepção circular de tempo (MOMIGLIANO, 1996, p.10). Seguindo Momigliano e o que ele argumenta sobre os filósofos e historiadores gregos, podemos também afirmar sobre Cícero, primeiramente, considera-se que: “até os filósofos gregos não são unânimes sobre isso [concepção circular do tempo]” (MOMIGLIANO, 1996, p.10). Ademais, ele assevera: “Os filósofos gregos não são forçados pela raça ou pela língua a terem apenas uma visão de tempo. Nem mesmo os historiadores Heródoto, Tucídides e, claro, Políbio foram muitas vezes descritos como historiadores que tiveram uma visão circular do tempo. Eu devo tentar mostrar que não” (MOMIGLIANO, 1996, pp.10-11).

DE RE PUBLICA, II

Musti, ao introduzir a obra polibiana – obra historiográfica notadamente que mais influenciou Cícero, principalmente em *De Re Publica*, II –, afirma

que a reflexão historiográfica de Políbio constitui um retorno, ainda que apenas em parte, a Tucídides³ 385 , para o qual o passado ensina a prever o futuro, pela imutabilidade da natureza humana. Políbio também não está imune à influência da historiografia isocrática, com seu caráter retórico e moralista, com o intuito de servir de parâmetro para a ação político-militar. E ainda como Tucídides, Políbio considera a utilidade como fundamental para a ação humana. Heródoto⁴ está preocupado com a história recente; Tucídides, com as origens (MUSTI, 2001, pp.19-20). Além disso, devemos nos lembrar que a história polibiana é pragmática⁵, ou seja, trata de feitos político-militares em oposição à mítico-genealógica e àquela relativa à fundação da cidade.

Se seguirmos o que Musti aponta sobre os autores que influenciaram Políbio e sabendo que esse influenciou Cícero, podemos observar que Cícero adere à ideia de que, por meio do conhecimento do passado, é possível prever o futuro (não por acreditar na imutabilidade, mas pela exemplaridade), tanto do ponto de vista filosófico quanto histórico; há um forte caráter retórico e moralista nas narrativas históricas, e a história, por ser mestra da vida, fornece os paradigmas de imitação. O autor romano quase não retrata feitos

³ Momigliano argumenta sobre Tucídides e a história cíclica: "Prima facie pode ter mais sentido atribuir uma visão cíclica da história a Tucídides, porque ele escreveu com o objetivo de ajudar quem quer que deseje ter uma visão clara dos eventos que aconteceram e daqueles que, algum dia, têm a probabilidade de acontecer novamente, da mesma forma ou de modo similar' (I, 22). Mas aqui, novamente, nenhum retorno eterno está implícito. Tucídides sugere vagamente que haverá nos eventos futuros fatos idênticos ou similares aos que ele vai narrar. Ele não explica, no entanto, se a identidade ou semelhança entre o presente e o futuro se destina a se estender a todo o seu assunto – a Guerra do Peloponeso – ou, em parte, a isso, por exemplo, na maioria das vezes, às alegações individuais". MOMIGLIANO. "Time in Ancient Historiography". pp.11-12.

⁴ Momigliano argumenta sobre Heródoto: "Os ciclos históricos no sentido exato do significado são desconhecidos de Heródoto. Ele acredita que existem forças que operam na história que se tornam visíveis apenas no final de uma longa cadeia de eventos. Essas forças geralmente estão ligadas à intervenção dos deuses na vida humana. O homem deve contar com eles, embora não seja certo se o homem pode realmente evitar o que é ordenado". MOMIGLIANO. "Time in Ancient Historiography". p.11.

⁵ POLÍBIO. *Storie*, I, 2.

militares, batalhas, pois está mais preocupado com as questões políticas da cidade, com a vida civil. A ação retratada na narrativa histórica deve ser sempre útil e o critério de utilidade é filosófico-político: o que é útil a um deve ser útil a todos. Cícero se serve do mito, apesar de não autorizá-lo como histórico e narra a fundação da cidade, mas não atribui ao ato fundador toda a importância para a grandeza da *ciuitas*. Rawson afirma que *De Re Publica* é um microcosmo de todos os interesses históricos de Cícero (RAWSON, 1972, p.36). Podemos extrair do segundo livro, por meio da narrativa histórica, toda a teoria do governo misto e a negação da circularidade do curso da história.

Durante a narrativa em *De Re Publica*, II, Cipião é interrompido por Lélío e questionado sobre o método que está empregando:

21 (...) Nós realmente vemos que até mesmo tu começaste a discutir com um método novo, que [não se encontra] em nenhuma parte nos livros dos gregos. Pois aquele príncipe, com seus escritos, foi mais insigne que todos, e ele próprio escolheu uma área na qual construir, de acordo com seu arbítrio, uma *ciuitas* – talvez excelente, mas incompatível com a vida e os costumes dos homens (CÍCERO, 2012, pp. 135-136).

Lélío se refere ao método da narrativa histórica, algo novo, pois Platão (aquele príncipe) construiu sua filosofia política baseando-se em uma *politeia* que não era real, e os peripatéticos citaram diversas constituições, mas não detalharam o desenvolvimento histórico de nenhuma. Aqui podemos observar que Cícero quer comprovar historicamente o desenvolvimento de Roma. E continua:

22. Os outros dissertaram sobre os gêneros e razões das *ciuitates* sem nenhum exemplo e forma definida de república. A mim me parece que farás as duas coisas: de fato, começaste de

tal forma que preferes atribuir a outros as coisas que tu mesmo encontras do que forjar, como faz Sócrates em Platão. E sobre a localização da urbe, atribui à razão aquelas coisas que foram feitas por Rômulo por acaso ou por necessidade. E disputas não com um discurso vago, mas definido, sobre a república; assim, continuas como começaste, pois já pareço perceber, na medida em que descreves os demais reis, uma república, por assim dizer, perfeita (CÍCERO, 2012, p. 136).

Fox aponta que os interlocutores fizeram uma “transição bem sucedida de uma discussão sobre a república ideal com base na teoria constitucional para uma baseada na história de Roma” (FOX, 2007, p.62), entre o livro I e II; ou seja, filosofia e história podem estar entrelaçadas. O autor observa que a história tem sido usada para garantir a aplicabilidade de ideias teóricas e torná-las diretamente relevantes para a fundamentação. “Esta é uma passagem emblemática para a produção filosófica inteira de Cícero, uma vez que estabelece a luta entre teoria e prática como a [luta] entre Platão e Cícero, entre uma maneira de fazer filosofia que é historicamente fundamentada e uma fundamentalmente idealista” (FOX, 2007, pp.62-63). A história gera em uma maior autoridade para a obra ciceroniana. Por meio dela, Cícero sugere uma maneira de compreender a relação do homem com o mundo, Roma, que vai além do tempo presente, ou seja, há uma relação entre passado e presente. Observamos, assim, qual o tempo que a narrativa histórica retrata e qual o ritmo.

Em *De Re Publica, II*, são utilizadas algumas unidades de medida do tempo, como as olimpíadas e os acontecimentos naturais. Interessamos o aspecto humano do tempo, ou seja, como o homem inserido em uma comunidade política o percebia, e como a história, entendida como narrativa de feitos políticos memoráveis, refletia isso. A filosofia política ciceroniana

sugere uma forma de compreender a ação do homem em Roma em um determinado tempo, e a narrativa histórica descreve este percurso. A república romana chegou a um ótimo estado por um curso natural, o povo se consolidou pelo discernimento e pela disciplina (Cícero, *De Re Publica*, II, 30). Desde o início do livro II, do *De Re Publica*, ao enunciar que Roma foi constituída pelo acúmulo de experiências, o autor afirma que sua narrativa histórica mostra como ocorreu esse acúmulo. Portanto, a narrativa que reconstitui a história de Roma trata do que lhe foi proporcionado na fundação e do acúmulo de experiências por muitas gerações.

2. Sobre esse assunto ele costumava dizer que nosso estado de *ciuitas* era superior às demais *ciuitas*, pois naquelas havia, costumeiramente, alguns poucos dentre eles para constituir a república, [fazendo] leis e instituições, tal como Minos dos cretenses, Licurgo 395 dos lacedemônios, Teseu, Drácon, Sólon, Clístenes e muitos outros dentre os atenienses; por fim, até o douto varão Demétrio 396 de Faleros conservando a já enfraquecida e derrubada [república]. Porém, nossa república não foi constituída pelo engenho de um, mas de muitos, nem durante a vida de um homem, mas em alguns séculos e gerações. Pois [Catão] dizia jamais ter existido um engenho tão grande – alguém a quem nada escapasse – e que nem todos os engenhos reunidos em um só poderiam prever tanto, [a ponto de] abarcar em apenas um momento tudo, sem a experiência das coisas e sem amadurecimento (CÍCERO, 2012, pp. 121-122).

Dessa forma, a República romana foi construída: trata-se de um somatório de tempos, de gerações, de ações. Em Roma, não apenas o ato fundador foi grandioso, mas também as ações que se seguiram. E esse acúmulo de ações levou Roma ao apogeu. Com isso, podemos perceber ao

longo da narrativa que a coletividade das ações ocorre mais pelo acúmulo de ações durante séculos e gerações do que uma grande ação coletiva como a guerra.

O ponto de partida da fundação de Roma é uma fábula⁶ e não uma narrativa histórica. Por que Cícero deu voz a uma narrativa que não se baseava no critério de verdade, lemos em *De Re Publica*, II, II, 4:

– Por que temos um começo da instituição da república tão ilustre e tão conhecido por todos, como é o início desta urbe fundada por Rômulo? Nascido do pai Marte (pois concedamos [isso] à voz corrente dos homens, não apenas porque [este mito] está particularmente enraizado, mas também porque foi sabiamente transmitido pelos predecessores o pensamento de que os beneméritos das coisas que são comuns não são só de estirpe como também de engenho divino) (CÍCERO, 2012, p. 123).

Apesar de Cícero preceituar um método para a escrita da história em que não há espaço para as narrativas míticas, temos que considerar que os mitos faziam parte da cultura greco-romana. Collingwood aponta que há

tais elementos até no sisudo Tucídides. (...) Aliás, elementos lendários semelhantes são manifestamente frequentes em Heródoto. Mas o que é notável por parte dos gregos não é o fato de o seu pensamento histórico conter certos resíduos de elementos que temos de considerar como não-históricos, e sim o fato de, lado a lado com estes, conter elementos daquilo que chamamos história (COLLINGWOOD, 1986, p.15).

⁶ Dumézil afirma que, nas antigas sociedades itálicas, as lendas sobre as origens, a fundação, serviam para justificar todo tipo de pretensão e de orientação política ou nacional. DUMÉZIL. Mito e epopeya, III. p.196

A fundação é elaborada pela ação humana, que apenas é possível porque os homens são dotados de razão, possuem linguagem e agem racionalmente⁷. O ato fundador é um momento de afirmação da coletividade, e a partir dele temos a aceitação de um conjunto de princípios. Se esses já estavam presentes desde o nascimento da urbe e da república, então não poderiam mais ser abandonados, e, se fossem, o corpo político poderia perder sua identidade (BIGNOTTO, 2004, p. 33). As ações de Rômulo deixaram um legado a Roma que permaneceram na constituição da república. Na narrativa ciceroniana, em *De Re Publica*, II, recorre-se a Rômulo, filho do deus Marte, e o autor continua:

Neste lugar, foi nutrido pelos úberes de um animal selvagem, e pastores o acolheram e o criaram no costume e no trabalho do campo. Relata-se que se desenvolveu e que era tão melhor que os outros com seu corpo varonil e sua ferocidade no ânimo, que todos que cultivavam o campo, onde hoje é esta urbe, obedeciam-no de ânimo tranquilo e de livre vontade. Apresentando-se como chefe das tropas, para já passarmos da fábula aos fatos, subjugou Alba Longa, cidade forte e poderosa daqueles tempos, e matou o rei Amúlio (CÍCERO, 2012, pp. 123-124).

Observamos que se servir do mito ou da fábula juntamente com a história não é um problema, desde que se separe um do outro, como o autor faz: “para já passarmos da fábula aos fatos” (CÍCERO, 2012, p. 124). Um dos elementos de originalidade do livro II está em contar a história de Roma desde as suas origens, mesmo que a tratando de modo fabuloso. É a partir

⁷ Cf. BERNARDO, I. P. *Política e História em Cícero: do conhecimento da natureza à ação política*. 2018. Doutorado (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

deste ponto, em que separa a fábula dos fatos, que o autor continua a narrar a fundação de Roma.

A ferocidade do animal que nutriu Rômulo parece ter sido transmitida ao seu ânimo, e sua força física foi propagada à cidade. A obediência, a disciplina, cara aos povos conquistadores, esteve presente desde a época em que ali havia apenas camponeses. Pouco depois, Rômulo e o rei dos sabinos instituíram, para que seu governo fosse, de algum modo, temperado, o conselho régio delegado aos principais, que chamaram de “pais”, e dividiram o povo em três tribos e trinta cúrias. Mas, depois da morte de Tito Tácio, Rômulo reinou muito mais de acordo com a autoridade e discernimento dos pais (CÍCERO, 2012, p. 131). Quando Rômulo morreu, o povo romano já era vigoroso (CÍCERO, 2012, p. 135).

O autor retira um pouco a importância da fundação e da engenhosidade de apenas um homem e mostra que a experiência romana é diferente das demais, pois ao longo de sua história houve, de acordo com as necessidades, um acúmulo de experiências. Cícero tem a visão de um curso dos acontecimentos no qual, ao mesmo tempo que fundar é consolidar em instituições um conjunto de princípios que estavam presentes desde o ato inaugural, o fundador deve sair de cena para que outros homens contribuam para a construção da pátria. É como se o ato heroico não se fizesse presente apenas na fundação, mas também em derrubar Cartago, como Cipião o fez, e em governar a república. No momento da fundação, a natureza dá ao homem o que é necessário para que ele construa a república, mas não oferece a república pronta; são as ações humanas, ou seja, a liberdade das ações humanas que permite a sua constante formação e o seu aperfeiçoamento. A construção é o que permite aos homens realizarem a sua natureza e buscarem a utilidade comum. Assim, os homens não terão a postura passiva diante

da república como queriam os epicuristas. A valorização da construção, que ocorreu pela experiência das coisas e pelo amadurecimento dos homens e de seus feitos, permite que haja uma solidificação de princípios, como os do governo misto, e esses conduzem Roma ao seu apogeu.

Roma nasce monárquica, mas a potestade é tripartida entre dois reis, os patres e o povo dividido em tribos e cúrias, segundo Cícero:

14. Porém, depois da morte de Tácio, uma vez que recaía sobre [Rômulo] todo o domínio, ainda que Tácio houvesse delegado o conselho régio aos principais [concidadãos] (que, por afeto, foram chamados de pais [*patres*]) e dividido o povo em três tribos – às quais [Rômulo] deu o seu nome, o de Tácio e o de Lucumão, companheiro de Rômulo, que morrera no combate contra os sabinos – e em trinta cúrias, as quais nomeou com os nomes daquelas virgens sabinas raptadas que, posteriormente, foram suplicantes da paz e do tratado. Essa distribuição tinha sido feita quando Tácio ainda vivia, entretanto, depois de sua morte, Rômulo reinou muito mais de acordo com a autoridade e a deliberação dos pais [*patres*]. [IX] 15. Rômulo, primeiramente, observou e julgou o mesmo que, pouco antes, Licurgo havia observado em Esparta: que as *ciuitates* seriam melhor governadas e regidas sob o comando de um só e da potestade régia, se a essa dominação se unir a autoridade dos *optimates*. Assim, sustentado e apoiado por este conselho e, por assim dizer, pelo senado,(...) (CÍCERO, 2012, p. 131).

Nós nos questionamos, então, qual o sentido da tripartição? Podemos nos servir do que Dumézil argumenta em sua obra *Mito e Epopeya* sobre o mecanismo das três funções herdado dos indo-europeus:

(...) várias cenas ou grupos de cenas cuja intenção é trifuncional se apresentam imediatamente para oferecer seu testemunho de

que os autores dos Anais ou seus antecessores dos séculos IV e III a.C. usaram este esquema antigo com consciência plena, mesmo que, segundo outros indícios, isso se prolongou além da empresa restauradora de Augusto. Por conseguinte, tentar desenvolver um repertório preciso e exaustivo desses vestígios ou contribuições é legítimo. No entanto, é preciso distinguir com muito cuidado dois tipos de dados, duas modalidades de expressão do mecanismo das três funções, a saber: o teológico e o ideológico. O primeiro se encontra cabalmente integrado pelos deuses da tríade capitolina, Júpiter, Marte e Quirino, enquanto em segundo lugar, ele pode adotar, e de fato faz, múltiplas formas, rejuvenescendo-se e constantemente diversificando-se tanto na história como nas demais produções do espírito romano (DUMÉZIL, 2016, p.195).

Podemos dizer que Cícero faz um uso “ideológico” das três funções⁸ com o governo tripartido, seja ele do período monárquico, seja do período republicano.

A tríade no governo, desde a monarquia, é importante na obra histórica ciceroniana, pois mostra o horror dos romanos pela tirania e pelo governo de um só e, ao mesmo tempo, demonstra que o governo de Roma nasceu, de alguma forma, misto. Ademais, observamos que desse fato histórico Cícero depreende um argumento teórico: Roma já nasce com características do governo misto. Cícero, em outros trechos, compara o governo romano com o espartano e o cartaginês, como lemos:

24. Certamente, neste tempo, aquele povo ainda novo viu aquilo que escapou ao lacedemônio Licurgo, que estabeleceu que um rei não deveria ser eleito – se é que isso poderia estar na potestade de Licurgo –, mas acolhido, quem quer que ele fosse,

⁸ O sagrado, a força e a fecundidade. Cf. DUMÉZIL. *Mito e Epopeya*. p. 321.

desde que houvesse nascido da estirpe de Hércules. Os nossos [romanos], então ainda rudes, observaram que era oportuno buscar a virtude e a sapiência régia, não a progênie (CÍCERO, 2012, p.137).

Cícero destaca que os reis em Roma eram eleitos, diferentemente do que acontecia em povos mais antigos, como entre os espartanos. Esse argumento é introduzido para que o autor continue narrando a sucessão de Rômulo por Numa, que foi eleito, assim como os outros reis que o sucederam. Ainda comparando Roma com povos mais antigos, o autor narra:

42. – * [Cartago] havia sido fundada trinta e nove anos antes da primeira olimpíada, portanto era sessenta e cinco anos mais antiga [do que Roma]. E aquele antiquíssimo Licurgo observou quase o mesmo [em Esparta]. Então parece-me que esta igualdade e este tríplice tipo de república tiveram algo em comum com esses povos. Mas o que foi particular em nossa república, e mais ilustre que esta nenhuma pode ser, investigarei a fundo e, se puder, mais sutilmente, pois nada igual ao nosso modo poderia ser encontrado em nenhuma outra república. De fato, essas [constituições] que até agora expus existiram nesta *ciuitas*, na dos lacedemônios e na dos cartagineses, por um lado mescladas, mas, por outro, não eram temperadas. 43. Pois em uma república que tenha apenas um [homem] com potestade perpétua, sobretudo régia, ainda que nela haja um senado, como houve, então, em Roma quando existiam reis, ou em Esparta com as leis de Licurgo, ou ainda quando havia algum direito do povo, como houve [no tempo] de nossos reis, entretanto, ainda que prevalecesse o nome régio, uma república [como essa] não poderia ser e se chamar reino (CÍCERO, 2012, p.150).

Aqui Cícero expõe que a diferença entre Roma e Esparta e Cartago era que Roma tinha um governo temperado, enquanto as outras apenas eram mescladas. Esse tempero traz um equilíbrio para a constituição romana, e isso pode ser observado desde o início. O povo romano, como lemos, já nasce grande: “21. Vede, portanto, que pela deliberação de um só varão não apenas nasceu um povo novo, mas já vigoroso e quase púbere, e que não foi deixado chorando no berço?” (CÍCERO, 2012, p.135). Mas se na obra ciceroniana não houvesse espaço para a contínua construção da república, então de nada adiantaria discutir sobre a formação e a ação do homem nessa. A divisão da potestade nos tempos de Rômulo e de Tito Tácio foi aperfeiçoada no período republicano. Assim, a grandeza não é alcançada de imediato. A ideia de amadurecimento, aperfeiçoamento, de construção durante séculos e gerações nos remete à ideia de progresso, avanço. Não seria um progresso de técnicas ou da moralidade, mas das experiências políticas. Vejamos as seguintes passagens:

Africano disse: – Pois muito facilmente reconhecerás isto se observares nossa república progredir⁹ e chegar a um ótimo estado por um caminho e um curso naturais. Mais ainda, concluirás que a sapiência de nossos ancestrais deve ser louvada, porque entenderás, inclusive, que muitas coisas acolhidas de outros por nós tornaram-se muito melhores do que haviam sido lá, de onde foram trazidas até aqui e onde surgiram pela primeira vez; e entenderás que o povo romano se consolidou, não por acaso, mas mediante o discernimento e a disciplina; todavia, nem a fortuna foi adversa (CÍCERO, 2012, p. 141).

⁹ *Progredientem* enfatiza um avanço natural da república mediante processos que fazem com que ela avance. Cícero, por meio dos processos históricos, tem uma visão do curso dos acontecimentos.

Notamos o uso da palavra *progredientem* que foi traduzida por “progredir”. Parece que o progresso político é natural e reforçado pelo discernimento do povo. Mas, ao observar a história de Roma desde o período monárquico até o republicano, constatamos que há fracassos e progressos inerentes à prática política. Cícero escreveu quando a república estava em crise, parecia buscar uma solução e talvez a buscava por meio de uma narrativa histórica que recuperasse a glória e mostrasse os exemplos que deveriam ser seguidos e os que deveriam ser evitados. Essa ideia de progresso não nos leva a pensar que Cícero tem uma visão linear do curso dos acontecimentos. Ao contrário, não observamos nem uma concepção do curso dos acontecimentos circular nem uma linear. Talvez a ideia de avanço predomine nesse livro. Ao observarmos a narrativa do período régio de Roma, os reis se sucedem somando¹⁰ suas ações às ações dos antecessores. Depois da morte de Rômulo, o povo exigiu um rei e nomeou Numa Pompílio nos comícios curiados¹¹. As maiores contribuições desse rei foram a religião e a clemência¹². O rei que sucedeu Numa Pompílio, Tulo Hostílio, foi eleito pelo povo nos comícios curiados. De acordo com Cícero, “os nossos reis já sabiamente observaram que certas coisas devem ser atribuídas ao povo (pois muitas coisas devem ser ditas acerca desse assunto). Tulo nem sequer ousou usar as insígnias régias se não fosse por ordem do povo”¹³. Depois dele, Anco Márcio elegeu-se rei pelo povo e, em seguida, Tarquínio, o Antigo. O rei seguinte, Sêrvio Túlio, foi o primeiro a reinar sem a ordem do povo, mas

¹⁰ CÍCERO. *De Re Publica*, II, 37: – Agora se torna mais certo aquele [dito] de Catão: a constituição de nossa república não é de um só tempo nem de um só homem. Pois, é evidente o quão grande se torna o acréscimo de coisas boas e úteis por meio de cada rei.

¹¹ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, 25.

¹² Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, 27.

¹³ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, 31.

pela vontade e consentimento dos concidadãos¹⁴, quando Tarquínio ainda vivia, mas depois da morte desse, o povo ordenou-lhe que reinasse. Por fim, o rei, ou melhor, o tirano Tarquínio, o Soberbo assassinou Sérvio Túlio para chegar ao poder. Com Tarquínio o governo régio se degenerou em tirania:

45. Aqui já orbitará aquele ciclo¹⁵, cujo movimento natural e em círculos deveis aprender a reconhecer desde o princípio. De fato, o essencial da prudência civil, sobre a qual versa todo este nosso discurso, [consiste] em observar os caminhos e os desvios das repúblicas; quando soubéreis para onde a coisa se inclinará, podereis detê-la ou socorrê-la com antecedência¹⁶. Pois, o rei de quem falo [Tarquínio], inicialmente, manchado pelo assassinato de um ótimo rei [Sérvio Túlio] não estava com sua mente tranquila e, como ele mesmo temia um grande castigo pelo seu crime, queria ser temido; depois, baseando-se em suas vitórias e riquezas, exultava insolentemente e não podia reger seus costumes nem os desejos dos seus¹⁷. 46. E assim, como seu filho mais velho violentou Lucrecia, filha de Tricipitino e esposa de Colatino, esta pudica e nobre mulher castigou a si mesma com a morte, por causa dessa injúria; então, um varão ilustre em engenho e virtude, Lúcio Bruto, repeliu de seus concidadãos aquela sujeição injusta a uma árdua servidão. E, ainda que fosse um concidadão privado, sustentou toda a república e ensinou, que, antes de tudo, nessa *ciuitas* ninguém é um [concidadão] privado quando se trata de preservar a

¹⁴ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, II, 38.

¹⁵ Cícero começará a demonstrar um ciclo de degeneração e regeneração das formas de governo em Roma, a partir do governo tirânico de Tarquínio, o Soberbo.

¹⁶ É um exemplo da função pedagógica da história, como *magistrae vita*. A natureza humana parece ser tal que as repúblicas assim como os homens parecem ter caminhos e desvios, logo, observar e aprender para onde a república se inclinará e socorrê-la faz parte da ação do sábio na vida política.

¹⁷ Descrição de um tirano.

liberdade dos concidadãos¹⁸. Sendo Lúcio Bruto autoridade e [concidadão] principal, estando a *ciuitas* agitada e com uma nova queixa do pai e dos parentes de Lucrecia, pela recordação da soberba de Tarquínio e das suas muitas injúrias como as de seus filhos, ordenou exilar tanto o próprio rei como seus filhos e a estirpe dos Tarquínios (CÍCERO, 2012, pp. 152-153).

Cícero, apesar de falar em ciclo e círculos, demonstrará que não houve um círculo, uma vez que, da tirania, Roma se regenera em uma República, forma de governo que é um misto das três formas puras, e o governo misto não é uma forma que se encontra passível de pertencer ao ciclo de degeneração e regeneração. Historicamente, Roma jamais completou um círculo. Para Cícero, Roma não cumpriu um círculo conhecido, como a anaclose polibiana, mas estava, desde sua fundação, marcada para ser uma República. Se no governo misto saímos do círculo, é porque nesse os vícios estão contidos. A mentalidade cíclica nos ajuda a compreender os momentos em que não há progresso; como o governo misto não está inserido no círculo, quando se sai deste entra-se em tempos de progresso. Ou seja, a República é a forma em que há o acúmulo das experiências, o avanço; por outro lado, no tempo circular pensa-se a destruição e o recomeço; em ambos, há nexos de causalidade; a Roma fundada por Rômulo é refundada no período republicano, e se Cipião tivesse tido tempo, também teria sido refundada por ele, como ditador, como é apontado no *Sonho de Cipião*¹⁹. Em *De Re Publica*, II Cícero nos traz a imagem de que a República não segue caminhos sinuosos, ou seja, circulares, mas chega diretamente em um ótimo estado, como podemos observar em *De Re Publica*, II, 33. “*e, de fato, de acordo com

¹⁸ Cf. CÍCERO. *De Re Publica*, I, 9-10, quando se atrela a ação política à figura do homem sábio que participa dela.

¹⁹ Cf. *Sonho de Cipião*, VI, 12.

o início de tua exposição, a República não serpenteia, mas voa para um ótimo estado” (CÍCERO, 2012, p.143). Ou seja, a República não serpenteia dentro dos ciclos de degeneração e regeneração, mas a República romana conhece mais o avanço; ela não faz caminhos sinuosos e lentos, mas voa; a imagem da serpente demonstra algo difícil de sair do lugar em oposição ao que voa; aqui, por meio da narrativa histórica, Cícero se afasta do fatalismo do ciclo dos primeiros estoicos, dos ciclos de degeneração e regeneração e da anaciclose polibiana. Afirmar que ela não serpenteia nos transmite duas ideias: tanto de um tipo de percurso que não é sinuoso quanto da velocidade desse percurso; isto é, não há idas e vindas. Assim, Roma foi conduzida rapidamente à melhor forma. Momigliano, no artigo “Time in Ancient Historiography”, argumenta sobre a obra polibiana, e podemos aplicar o mesmo raciocínio à ciceroniana:

Os defensores da visão cíclica da historiografia grega realmente se apoiam em Políbio. No livro VI, ele afirma que homens emergiram de algum tipo de cataclismo de primeira linha para a monarquia; então passam de um tipo de constituição para outro apenas para terminar onde começaram: “até que degenerem novamente em selvagens perfeitos e encontrem mais uma vez um mestre e um monarca”. O ciclo está lá para qualquer um ver, e Políbio argumenta em detalhes as etapas únicas do processo. No entanto, não devemos esquecer que esta seção do Livro VI sobre as constituições é uma grande digressão. A relação entre essa digressão e o resto do trabalho de Políbio não é fácil de entender, e me arrisco a acreditar que o próprio Políbio teria ficado envergonhado de explicá-lo. Para começar, não está claro qual é a relação exata entre essa teoria geral, a teoria das constituições e a descrição subsequente das constituições de Roma e Cartago. A teoria geral diz respeito à humanidade e parece implicar que todos os homens se encontrem em um determinado momento no mesmo estágio do mesmo ciclo.

Por outro lado, é certo que, de acordo com Políbio, os estados individuais passam de um estágio constitucional para outro em momentos diferentes. Por exemplo: “tanto quanto o poder e a prosperidade de Cartago tinham sido anteriores ao de Roma, tanto Cartago já começou a declinar enquanto Roma estava exatamente no auge, pelo menos no que diz respeito a seu sistema de governo preocupado” (VI, 51). Além disso, temos que contar com as complicações provocadas pela constituição mista, que prende a corrupção por um longo tempo, se não for para sempre. Mas a principal consideração é que, fora dos capítulos constitucionais, no resto de sua história, Políbio opera como se ele não tivesse nenhuma visão cíclica da história. A primeira e a segunda Guerras Púnicas não são tratadas como repetições de eventos que ocorreram no passado remoto e acontecerão novamente em um futuro distante. Os eventos individuais são julgados de acordo com noções vagas, como fortuna, ou de acordo com critérios mais precisos de sabedoria e competência humanas. A supremacia romana no Mediterrâneo proporciona ao historiador uma nova perspectiva histórica. Só porque a fortuna fez quase todos os assuntos do mundo inclinarem-se em uma direção, é tarefa do historiador colocar diante de seus leitores uma visão compendiosa das maneiras pelas quais a fortuna realizou seus propósitos. O Império Romano torna possível escrever a história universal (MOMIGLIANO, 1996, p. 12).

Da mesma forma que Momigliano mostra que não é possível afirmar uma visão cíclica – no sentido de circular – do tempo na obra polibiana, mesmo havendo a digressão para explicar a teoria da anaciclose, também afirmamos que a percepção do curso dos acontecimentos em Roma na obra ciceroniana não está inserida na tradição do pensamento circular. Da tirania surgiu a República, como lemos:

56. Portanto, naqueles tempos o senado manteve a república na seguinte situação: um povo livre em que poucos [assuntos] eram geridos por ele, enquanto a maioria era gerida pela autoridade, instituição e costumes do senado, de modo que os cônsules tinham potestade que em tempo durava apenas um ano, mas em gênero e direito era régia (CÍCERO, 2012, p. 160).

Dumézil afirma que a fundação da República, uma espécie de segundo nascimento de Roma, representa para os historiadores a oportunidade de evocar, mediante paralelismos, as lendas tripartidas das origens de Roma²⁰.

Por fim, o livro se fragmenta, e temos a narrativa até o momento do governo dos decênviros virtuosos e depois dos viciosos. Se a história é a arena em que os dilemas do presente são elaborados usando o material extraído do passado, como afirma Fox (FOX, 2007, p.109). Cícero de forma alguma conceberia um tempo fechado, no momento de decadência em que vivia, mas consideraria, ainda, o que tinha por vir e o que ele almejava a salvação da república por meio de um novo equilíbrio das potestades:

57 (...) Desse modo, vós haveis de prestar atenção naquilo que disse no início: se em uma *ciuitas* não há uma equilibrada compensação de direitos, deveres e funções – de tal forma que haja potestade suficiente nos magistrados, autoridade no conselho dos principais²¹ e liberdade no povo –, não se pode conservar imutável esse estado da República (CÍCERO, 2012, p.161).

²⁰ DUMÉZIL. Mito e Epopeya, III. p.205.

²¹ *Consilio principium*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cícero espera buscar soluções para o seu tempo de declínio e acredita nas experiências exemplares do passado para ajudar a resolver os problemas de seu presente, da República. O passado parece ser o tempo das experiências perfeitas que foram acumuladas, do progresso – dos processos de avanço – que pode reconduzir os homens e a República novamente ao caminho da natureza. No futuro não haverá avanço, se o passado não for recuperado. Talvez seja este o motivo de Cícero fazer o interlocutor Cipião resgatar a história de Roma no livro II, da obra *De Re Publica*.

De certa forma, observamos em *De Re Publica, II*, por meio da narrativa histórica uma ideia de avanço e até de otimismo em relação à República. Não observamos uma concepção circular do curso dos acontecimentos, mas ao mesmo tempo, não é possível descrever em formas geométricas o que a narrativa retrata do ponto de vista temporal, mas é possível afirmar uma não aderência de Cícero às formas circular e linear de interpretação do tempo. Não há constância, não há repetição, não há intervalos iguais, há uma sucessão de acontecimentos, de ações humanas, segundo o juízo de cada homem, o que pode conduzir a República ao avanço, como no caso analisado, apesar de termos um ponto de decadência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDO, I. P. O De Re Publica, de Cícero: natureza, política e história. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BERNARDO, I. P. Política e História em Cícero: do conhecimento da natureza à ação política. 2018. Doutorado (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BIGNOTTO, Newton. “Problemas atuais da teoria republicana”, in CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004
- COLLINGWOOD. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- DUMÉZIL. *La religion romaine archaïque*. Paris: Payot, 1974.
- _____. *Mito y epopeya, I. La ideología de las tres funciones en las epopeyas de los pueblos indoeuropeos*; trad. de Eugenio Trías. México: Fce, 2016.
- _____. *Mito y epopeya, II. Tipos épicos indoeuropeos: un héroe, un brujo, un rey*. trad. de Sergio René Madero Báez. 2ª ed. México: Fce, 2016.
- _____. *Mito y epopeya, III. Historias romanas*; trad. de Sergio René Madero Báez. 2ª ed. México: Fce, 2016.
- FOX, M. *Cicero's Philosophy of History*. Oxford University Press, 2007.
- FUNARI, P. P. A.; SILVA, G. J. *Teoria da História*. São Paulo, Brasiliense, 2008.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] 5ª. Edição. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.
- MOMIGLIANO, A. *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda., 1990.
- _____. “Time in Ancient Historiography”. In: *History and Theory*, vol. 6, pp. 1-23, 1996.
- _____. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, Edusc. 2004.

- POLIBIO. *Storie*. A cura di Domenico Musti. Nota biografica di Domenico Musti. Traduzione di Manuela Mari. Note di John Thornton. Volume primo (libri I-II). Milano: BUR, 2001.
- _____. *Storie*. A cura di Domenico Musti. Nota biografica di Domenico Musti. Traduzione di Manuela Mari. Note di John Thornton. Volume secondo (libri III-IV). Milano: BUR, 2001.
- _____. *Storie*. A cura di Domenico Musti. Nota biografica di Domenico Musti. Traduzione di Manuela Mari. Note di John Thornton. Volume terzo (libri V-VI). Milano: BUR, 2001.
- RAMBAUD, M. *Cicéron et l'histoire romaine*. Paris, Les Belles Lettres, 1953.
- RAWSON, E. "Cicero the Historian and Cicero the Antiquarian". In: *The Journal of Roman Studies*, Vol. 62 (1972), pp. 33-45.
- _____. *Intellectual Life in the Late Roman Republic*. Londres, Phoenix, 1985.
- ROWE, C.; SCHOFIELD, M. ; HARRISON, S. ; LANE, M. *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- SCHAFF, A. *História e Verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- SCHOFIELD, M. *Saving the City*. Routledge, 2012.